

FANTOCHES

BASTIDORES DA POLITICA E DOS NEGOCIOS

DIRECTOR E EDITOR

ROCHA MARTINS

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO, Rua do Alecrim, 65 — LISBOA — Telefone 2440 - C.

As homenagens do Estado a um desconhecido

O funeral de Loti — O transporte dum cadaver em barco de guerra — O que significam essas honrarias — O grande anonimo ou o illustre desconhecido — E quando chegará vez ao sr. dr. Bernardino?

A França acaba de celebrar as exequias dum dos seus maiores romancistas, dum homem de letras, criador duma forma nova, ou, pelo menos, duma nova corrente literaria. Pierre Loti, era um official de marinha que muito amava a sua profissão, embora tivesse chegado á maior celebridade na outra que creara. Todas as honras, desde as da Academia ás da Legião d'Honra foram conferidas a esse singularissimo espirito que traçadas as dôces paginas de *M.^{me} Chrysantheme*, as dolorosas scenas do *Pêcheur d'Islande*, quizera ser enterrado na *Casa dos Avós*, sob uma lapide simples, a grande profundidade na terra julgando que, após a sua morte, lhe prestariam como serviço maximo, o maximo esquecimento. Não se lembrava da immortalidade que a Academia confere e menos ainda d'algumas das imorredouras frases que a sua pena telhou. Queria repousar, desejava um funeral de enorme simplicidade, esquecendo-se do que lhe era devido. O seu corpo amortalhado foi para bordo dum navio, dos seus mais amados barcos de guerra, e, ao som das salvas, sobre as aguas mansas conduzido para a jazida que escolhera. Não vieram de Paris mais do que alguns intimos mas a França vibrou, o mundo sentiu essas descargas d'honra, a Turquia que o romancista defendera, ou antes compreendera para a idolatrar, enviou uma corôa para se colocar no seu féretro e todos os jornais do universo celebraram, em colunas de prosa, o autor de tantas obras primas, o literato d'espirito encantador, que revelára o japonismo e ganhára uma fortuna ao lança-lo no universo ávido de originalidade.

Só porque era dele que se tratava, os couraçados se deslocaram para a homenagem ao academico, ao legionario, á gloria francesa, ao marinheiro que fizera as suas viagens e jámais despira o seu uniforme mesmo ao envergar, durante meses, os seus trajés exóticos doutras civilisações.

Se tivesse falecido uma outra gloria francesa, que não tivesse pertencido á armada, nenhum desses cruzadores desceria as suas bandeiras á meia haste para recolher o seu corpo. E' que em França ha tanto a medida das proporções que nunca se cai oficialmente no exagero. O povo é que presta as suas honrarias, com maior ou menor sentimento, e quando ele se move nunca está desproporcionado. E' uma homenagem das almas largamente exteriorisadas e contra a qual nada ha que dizer. As lagrimas da turba não teem preço, os seus louvores tambem não, ou antes, são tão caros que ouro algum os pode comprar.

Portugal acaba de ordenar a um barco de guerra que conduza um cadaver do Funchal para Lisboa. Um cruzador foi cumprir essa ordem, e, dentro em pouco, no Arsenal de Marinha desembarcará de bordo duma unidade de guerra esse corpo, exactamente como succedeu com o de Loti no porto de Cherburgo. Mas que singular personalidade era essa que assim merece honras iguais á do homem que assombrou o mundo com o seu talento, trouxe ao peito a Legião d'Honra e ganhou a imortalidade pertencendo á Academia Francesa? Que obra deixou esse morto conduzido, num vaso de guerra, da Ilha da Madeira para Lisboa? O que descobriu, o que inventou, o que gerou? Os leitores vão dizê-lo porque, decerto, para se celebrar deste modo o passamento dum homem ele, não pode ter falhado em deixar atrás de si maravilhas. Quem produz prodigios tem um nome celebrado e, por isso, o país deve conhecer e admirar aquele a quem o governo concedeu essa passagem *post-mortem*.

Decerto um luto nacional se vai arvorar expontaneamente, as tropas vão formar nas ruas, ecoarão as salvas, pois não se entende que um navio da armada conduza os restos dum cidadão aos quais não sejam inerentes todas estas demonstrações officiais. Ouçamos, pois, o nome da celebridade. Chamava-se José Nunes da Graça, era professor de ensino livre, ou das escolas moveis e dava lições em collegios particulares. Conheceram? Parece que era tambem amigo particular do sr. Antonio Maria da Silva, socio de alguns clubs radicais e a sua biografia resume-se numa citação vaga das gazetas: foi preso no tempo de Sidonio Pais.

Dir-me-hão que é pouco, eu dir-lhes-hei ser nada, mas é certo, tambem, ter-se ordenado a homenagem por que um bando excitado de cidadãos, ardendo em civismo e suando-o, num comicio do teatro D. Maria, delibrou solicitar do governo tais honrarias.

Eles pediram, entre injurias, o governo concedeu entre sorrisos. Primeiro, porque não ha de recusar aquilo que os apaniguados desejam; segundo, porque os navios do Estado não servem senão para esses transportes e outras missões peores, como, por exemplo, a de bombardear Lisboa.

Com todo o respeito devido aos mortos, acho que aos seus amigos competia promover homenagens, vastas, largas, dolorosas e cheias de dó, que, no comicio do teatro se devia abrir uma subscrição para atrigar um navio á «Insulana», comprar uma urna riquissima, e mais auxilios funebres, porém o governo não tinha o direito de conceder a

um desconhecido, mesmo após seu passamento, passagem num navio de guerra.

Quais foram os serviços do modesto homensinho, vulgar e ignorante a ponto de ser ignorado num país onde as celebridades pululam? Ninguém os conhece. O proprio gabinete não lh'os premiou em vida com uma comenda, com um lugar publico, com uma sessão solene. Deixou-o no seu bairro e na sua mansarda, nos seus agapes de camaradas ou nas suas preferencias boémias mas não o alçou tanto que pudesse, agora, legitimamente decretar-lhe as honras da grande viagem num cruzador, celebrando a sua viagem donde não se volta.

Mas isto é tudo assim dentro do sistema que nos governa. Não ha ideia das proporções nem do senso comum, concedem-se a pessoas sem categoria as maximas honras da republica e ainda hoje, passado mais dum ano sobre a sua morte, barbara e infame, ainda não se decretou a gran-cruz da Torre Espada para o fundador do regimen, que permite a esse antigo administrador de concelho da monarchia ordenar aos barcos de guerra viagens com cadaveres de individuos, talvez muito respeitaveis em vida mas anônimos para a nação que paga aqueles transportes.

Depois esta desproporção, que aponto, como uma marca da epoca, choca-me como um chancela de desorganisação. Ha, porem, alguns a quem elas devem ferir como insultos, como verdadeiras afrontas, como se lhes fizessem directamente, picardias. Entre estas — ou antes á sua frente — está, sem duvida, o senhor conselheiro Bernardino Machado que perguntará a esta hora :

— Mas que diabo me hão de eles fazer quando eu morrer?

O "cão de fila" da Ajuda

Dois apódos de duas bocas — Uma duquesa e um Jacobino — D. Nevada e o senhor Afonso Costa — A cigarreira de prata de D. Luis Filipe — Recordação de uma revolta — O tribuno da plebe e Pombal

Ainda ha dias narrei como a senhora duquesa do Porto insultara o meu amigo dr. Custodio José Vieira, chamando-lhe «malandro» e já agora tenho que arquivar o outro epitheto que lhe colaram «o cão de fila». Já vejo que não ha em Portugal, pessoa mais crivada de maus nomes do que esse meu pobre amigo. E' o São Custodio dos doestos; tem mais frechas no corpo do que o proprio S. Sebastião.

Desta vez, porém, ao apodarem-no de *cão* não foi a voz suave de uma duquesa que tal epiteto lhe lançou. Como se sabe, a esposa de D. Afonso queria uns objectos que ele não lhe podia entregar sem defraudar o Estado, e, nessa conformidade, irritada e fúla, chamou-lhe «malandro»:

E' um processo de despeito exteriorizado num palavrão.

O que queria quem lhe chamou «cão de fila»? E' logico perguntar isto e tambem, quem assim o tituló. O autor desta ultima alcunha dizia o excelente *Diario de Lisboa*, fôra um ex-ministro, de alto tipo publico, que está, actualmente, em Paris. Não ha ali senão dois individuos nestas condições: «senhor Afonso Costa e o senhor João Chagas.

Qual dos dois seria capaz de semelhante invenção? Sem duvida o primeiro, porque o segundo, sendo, de condão literario, acharia, sem duvida, melhor palavra para designar o funcionario legalista: chamar-lhe-ia: O Argus, da Ajuda, se estivesse em maré romantica, a sentinela de Pompeia, Javert ou bacharel-atalaya. Cão de fila é cousa que só podia lembrar a quem não tem delicadezas, serenidades, bons termos. Cão de fila é o animal que vem logo á imaginação de um serrenho, de um beirão das bandas dos Herminios. Logo partiria do senhor

Afonso Costa aquela designação atirada ao meu pobre Custodio como um desforço.

Mas porque se encontrariam no mesmo terreno dos insultos a duqueza e o chefe demagogico? Que afinidades podem existir entre eles para assim se levantarem contra o excelente rapaz de alma artista deliciada ante os tesouros da Ajuda?

E' caso de larga meditação para quem lê simplesmente, estes titulos «duqueza»; «chefe demagogico»; Sua Alteza Dona Nevada de Bragança, Sua Excelencia, o senhor Afonso Costa.

Que afinidade pode haver entre eles?

Vejam os de onde vem a duqueza. Vem do misterio de uma aventura internacional? E o jacobino? De outros misterios mais extranhos ainda. Aí equiparam-se. Uma desposou um principe para o exhibir; o outro desposou uma republica para se exhibir. Aí completam-se. Ela, com as suas lagrimas e os seus caixões teatrais, cubiçava uma herança; ele, com os seus discursos e os seus gestos romanticos, procurava uma colocação. A duquesa queria o recheio d'um velho palacio da realza; o demagogo queria a situação mais previligiada do que o proprio chefe dessa realza sem correr o risco, de ser assassinado. Equivalem-se, como se vê. D. Nevada vinha do escuro, o homem de Ceia vinha jantar.

Isto, porem, não explica a mesma revolta ou semelhante contra o dr. Vieira, o processo identico de insulto, a chancela dos apódos, o «malandro» de uma, a «cão de fila» do outro. Porque lhe atirou a duquesa semelhante insulto? Porque queria cousas indevidamente arrancadas do palacio da Ajuda. Porque lhe assacaria qualidades caninas o chefe jacobino? Porque tambem queria cousas que não lhe pertenciam?

Finalmente não sucedera cousa alguma dessas. Quem chamara o nome, sem intuitos ofensivos, ao senhor dr. Custodio fôra outra pessoa. Atestado largo de honestidade passou o zeloso funcionario da Ajuda ao senhor de alta cuturno que vive em Paris.

Dirme-hão, ante isto, ser o senhor Afonso Costa incapaz de querer o que não lhe pertence. Virão argumentar com os seus serviços e com o seu *superavit*. Sim, outro fosse ele que não arranjasse tal abundancia de dinheiro para a nação. Berrarão os seus amigos estar eu aqui fazendo uma critica de impenitente adversario dos homens tipo Costa — isto é dos roedores que se envolvem em auréolas civicas — e eu responder-lhes-hei. O senhor Afonso Costa é muito capaz de querer o que não lhe pertence e até de o tomar. Provas? Basta recordar a manhã da revolução de Sidonio, o povoleu invadindo a residencia do caudilho e a minha surpresa diante do que via para garantir ser o senhor Afonso Costa capaz de se apossar do que não lhe pertence.

Uma onda de populares arremessara á rua os moveis do republicano rios de licores corriam pelas salas, não havia maneira de se poder cata-

logar os papeis do Estado, ali existentes, sem fazer sair essa turba. Algumas coronhadas dos soldados do 33 bastaram para se restabelecer o silencio nas peças devastadas. Como já tenho contado, mandei entregar a Manuel Dias Monteiro, amigo intimo do senhor Afonso Costa, as cartas que seu filho escrevera de França para sua mãe e os retratos de familia nos quais ninguem tocara. Só não enviei os do chefe demagógico porque o quiz poupar a um grande desgosto: todas as reproduções da sua fisionomia tinham os olhos picados por baionetas.

Iam aparecendo objectos de toda a especie eu só mandava guardar papeis e a baixela, não houvesse por ali, numa hora de falta de vigilancia, algum coleccionador de recordações de tão importante personagem a quem ele depois chamaria, com a maior propriedade, ladrão. Vi passar tudo e registar tudo.

Contaram-me porem, que surgiu uma cigarreira de prata. De um lado tinha uma corôa real e as iniciaes L. F., dentro estava um cigarro e traçava-se uma dedicatória. Nas costas dessa joia gravavam-se mais umas insignias. Era o primeiro porta-cigarros de D. Luis Filipe assassinado e o qual lhe fôra oferecido por seu pai. Guardada, precisamente, por Sua Magestade a Rainha nas Necessidades, estava agora em casa do senhor Afonso Costa. Coleccionara-a. E eu podia chamar-lhe, com toda a propriedade, aquilo de que ele alcunharia quem lhe levasse alguma cafeiteira da baixela.

Por consequencia, desde que prove ter S. Ex.^a tais habitos de recolha de cigarreiras reais—a qual foi salva e entregue a quem de direito por um official do exercito—não é muito que quizesse dos paços mais algumas cousas. O quê? O que pediu sem que lho dessem. Falou-se numa cadeira D. José I.

E' cousa que lá não ha, afirma o funcionario. Nem mesmo é um estylo. Afonso Costa não a pediu, talvez por não existir, é o que se deprehende. Mas veja-se bem como são as cousas. Eu que não perdôo ao senhor Costa o apossar-se do objecto do principe que sua mãe guardara, como a senhora D. Alzira fizera com as cartas de seu filho, que lhe mandei por intermedio de Dias Monteiro, de bom grado lhe entregaria a cadeira que é já de um passado longinquo, de uma arte fina e sobre a qual o idolo da canalha podia roçar as nadegas burguesas a vêr se apanhava algum vago alento do marquez de Pombal.

O caso dos editores de Camilo

Da propriedade em geral e da propriedade literaria — O editor e o seu negocio — Como se deve entender o producto dos cerebros — O procedimento dos auctores — Venda de filhos

Debate-se novamente, o processo entre os editores que se dizem proprietarios das obras de Camilo e os seus herdeiros.

A disputa anda voando em volta do *Amor de Perdição* uma das que lhas, as outras em torno de mais obras primas: *Eusebio Macario*, *Córja*, *Amor de Salvação* etc., bocadinhos de oiro extraídos do cerebro do genial romancista para vender, por duas ou trez libras, aos exploradores do seu talento

Camilo morreu na pobreza, legou a miseria aos seus. Os editores que disputam essas paginas — o pão dos herdeiros do creador da beleza — são milionarios e, fazendo do talento alheio uma fonte de receita, deixam que os seus escravos acabem no hospital.

O editor tem sido por via de regra, em Portugal, um operario esperto que põe quitanda ou um capitalista que se associa a um tipografo para um fim: explorar o cerebro dos escritores. Ha já verdadeiros palacios editoriais feitos à custa do trabalho cerebral dos desgraçados que, dia e noite, labutam arrancando ao seu talento aquilo que outros vão usufruir. Eu conheço de perto o assunto. Sempre vivi do bico da minha pena e tenho enriquecido alguns desses onzeneiros das letras. Só o compreendi na hora em que comecei a publicar os meus livros, por minha conta.

O processo moderno, usado pela *Lumen*, é o unico aceitavel. Lucros ao meio, percentagens nas reedições, vendas de propriedade pagos com cheques valiosos. O resto, pelo menos, como eu tenho visto, pura ganancia do ignorante, de semi analfabeto ao literato.

Eis uma pergunta que desejo formular a esses que não fazem da profissão melhor uso do que os negreiros de seus chicotes? Quantos editores já morreram na miseria? Quantos desses logistas de pensamento alheio, acabaram no hospital? Nenhum. Eles tem predios, chalets, dinheiro, que é nosso, muito nosso.

Eu, pelo menos, decidi, ha muito, não fazer caso de contratos que não estejam assinados por mim diante do notario. Nessa conformidade

tudo quanto publiquei até hoje, excepto o vendido à *Lumen*, que é quasi nada, pertence-me.

Com Camilo é infecto o procedimento desses exploradores do pensamento que, bem instalados na vida, vem pleitear com enfermos e com desamparados.

Já de ha muito se devia ter feito em Portugal um movimento no sentido de levar os tribunais a liquidarem, por uma vez, esta questão nojenta duns vermes roendo o cerebro duma aguia. Já de ha muito tambem, se devia ter regulado a propriedade literaria. Seria mesmo necessario fazer essa lei rapidamente. Pela razão e pelo bom senso todos os autores são sempre os proprietarios do que escrevem e bastar-lhes-ha querere tirar algumas palavras a uma edição para recobrem todos os direitos que tenham alienado. Refundir uma obra é cria-la novamente. Tudo quanto se fez para o inicial trabalho se aniquila diante da futura obra. O que se vendeu é uma cousa, o que se renova é outra.

Nesta altura vem o editor clamando que tem a *propriedade*, que comprou o nosso pensamento, o nosso livro, o nosso trabalho. E, naturalmente, responde-se-lhe: a que você comprou foi a outra obra, a que eu reconheço inferior hoje e que quero modificar. Mas e o titulo? E' meu, nasceu do meu pensamento. O que fez você para aqui? Nada senão recrescentar mais uns contos de reis à sua fortuna.

Quantas vezes eu, crivado de necessidades, contemplei os predios dos meus editores, senti as suas vidas largas, o seu bem estar, enquanto continuo neste labor de oito e dez horas diarias de produção?! Não pode ser. A primeira revolta a erguer contra os que especulam com o trabalho alheio tem que ser esta: a do autor contra o editor desde que ele não entre no processo das contas correntes e dos lucros equitativos.

Como eu os vejo com suas panças e sua ignorancia desdenhando dos nomes literarios pelo maior ao menor lucro que tiram, repelindo as obras dos talentos que chegam para só quererem publicar as dos consagrados cujo publico certo é para ele a certeza do ganho!

Cada vez que vejo um editor a pleitear contra o autor que o enriqueceu, ou contra seus descendentes, compreendo todos os actos de legitimo desforço. E' que qualquer outra propriedade é a acumulação de esforços, de heranças, de doações, inicialmente da conquista e a propriedade literaria e o fogo dum cerebro que aquece apenas quem o utiliza e não quem o ateia, o alimenta e o desenvolve. O proprietario duma quinta, duma herdade, dum predio pode ter muito amor à sua posse, sacrificar imensas cousas para a manter, mas o autor dum livro deu-lhe imenso, deu-lhe o maximo que alguem pode dar: o seu sangue, a sua vida.

E' esse sangue, é essa vida que eles exploram arrastando ainda, diante dos tribunais, quem deviam adorar como as fontes da sua ventura. Sem os escritores eles estariam noutros misteres porque, geralmente, os editores não teem a menor educação literaria.

Vender a propriedade um livro é vender um filho e quando se chega a esse extremo é porque se tem fome. E essa fome que até aqui tem sido o melhor filão dos editores mas que, diante dos nossos processos, será aniquilado. Vender um filho de que outros se apossam! E nós somos tão bons que nem sequer nos dizemos pais dos filhos deles apesar de lhes dar-mos, com o nosso sangue, o alimento, e a fortuna.

Uma sessão nos Passos Perdidos

O ataque ao ministro da Agricultura — As velhas péchas d'um democratico — Os agentes da moagem no poder — O pão politico e o caixeiro do Burney — A vida é a vida

Um dia destes, na Sala dos Passos Perdidos da Camara dos Deputados, o recém-democratico senhor Fontoura da Costa, que foi franquista e professor dos príncipes, deu-se o prazer de chalaciar com o dr. Artur Leitão, um dos caudilhos que ajudou a implantar a republica onde o sobredito Fontoura mama como o ministro da Agricultura nas horas vagas d'um emprego pingue na casa Burnay.

Fazendo grande troça do partido radical, perguntava em pura graça ao jornalista da demolição, monarchica, se não entrara no congresso desse bando extremista. E ria, brincava, mal vestido, apesar de ser rico, dando se ares de pessoa intima do republicano historico.

Fontoura julgava-se um homem do tempo da propaganda, um dos *vieux-barbes* da ideia, que deu este descalbro e de que ele junta largamente, imaginava-se um dos conjurados da revolução em vez de ter sido um seu inimigo, um seu adversario, um seu detractor. Artur Leitão encarou desdenhosamente o ministro brincalhão e, diante dos deputados que acorreram, dos senadores e dos continuos, disse-lhe, pouco mais ou menos, o seguinte.

— Quem o autorisou ao senhor, franquista impenitente no tempo do rei, para se roçar pelo poder e vir dirigir-se me em semelhantes intimidade, fazer-me perguntas de troça? Quem o autorisou ao senhor, franquista impenitente, d'hontem e democratico d'hoje, ainda para se roçar pelo poder, tomar tais atitudes...?

— Mas senhor doutor...

— Cale-se e ouça... Quem é o senhor para vir assim falar a quem jamais quiz do poder cousa alguma e só trabalhou pela republica, de que o sr. tudo usufru?...?

— Mas, ó senhor doutor . . .

Em volta os deputados buscavam acalmar quem dava uma lição a um membro do poder mas, ele na sua força, e na sua razão, alteava a voz, com gaudío dos continuos:

— Quem é o senhor? Um comerciante-ministro, mas comerciante empregado de banqueiros a quem tem de dar contas de seus actos . . . Eu sou o patrão de mim, mesmo.

— Mas senhor doutor . . .

Foi pois tratado assim por um velho republicano, dos autenticos demolidores do velho regimen, o transfuga ministro da Agricultura.

Certo que os homens da luta pela republica jamais descem dela, sobretudo diante de nós monarchicos e embora seus amigos, em horas de desabafo mas tambem é certo que tem razão para a amar aqueles que a ajudam a fazer. Marreco, defeituoso, ladrão, um filho, é sempre um filho.

Para esse monarchico de hontem encavalado de hoje, nas honrarias, lacaio humilde solicitando do paço umas lições que o acreditariam no ensino, a republica é a teta onde ele vai sugar o sustento, é o cofre onde vai procurar o dinheiro para edificar os seus predios, as suas estancias de verão — nas quais se deleita diante das aguas e cultivando aboboras.

Cada vez que um homem deste genero sobe ao poder é mais um guzano que se introduz na vida do regimen. Eu devia apoiar-os mas sempre detestei os pantomimeiros que mentem para ganhar alguns cobres. Tal é a situação do ministro a quem trataram assim nos Passos Perdidos, o que foi ainda duma grande doçura comparado com os seus delictos. Artur Leitão esqueceu-se do livro desaparecido do liceu quando ali era reitor quem na agricultura finge superintender.

Tambem lá dentro, na sala, sofreu, no mesmo dia, um ataque, senão pelo processo usado pelo antigo caudilho, ao menos pela maneira interrogativa com que é d'uso falar aos reus.

Um deputado—o senhor Joaquim Ribeiro—falou do pão politico, dessa infamia que tem enriquecido centenas de pessoas e que sendo um infecto negocio, agrada ao negociante que se alcandorou no ministerio. Explicava-se-lhe que havia trigo á farta, que se devia entrar n'um novo regimen, e ele, tatibitateando, ao acaso como um sonambulo, declarou que tal sistema de pão acabaria em agosto.

— Em agosto ou deixarei de ser ministro—volveu procere.

Claro que ele disse aquilo como balbuciara nos Passos Perdidos, o seu «mas senhor doutor» como para o deixarem, para não se preocupar, para ganhar tempo.

Singularmente me tem espantado a permanencia deste caixeiro dos

Burnays no poder entre individuos do partido democratico. Debalde quero explicar as razões porque entregaram a pasta da agricultura a um official de marinha, matematico e acusado do «coleccionamento» de certo livro raro pertencente ao Estado.

A agricultura, porquê? que especiais aptidões alem de cultor das suas aboboras que vemos do comboio em frente do Cae Agua, tem esse marinho de pouco embarque, para gerir uma pasta de tal importancia?

E' um misterio que ninguem penetra mas explicavel, até certo ponto por esse ar sonambulo que ele arvora, e afixa. O senhor Fontoura da Costa é ministro da Agricultura porque assim convem á casa de que é empregado; o governo, querendo ser agradavel a Burnay & C.^a decretou que ella tivesse no ministerio um caixeiro. E' assim; cêve ser assim. A' sua volta os tripudios tem nos mostrado claramente que é um cumplice dos moageiros amigos e socios de seus amos.

— Quando acaba o pão politico? perguntam-lhe e elle responde:

— Em agosto!

Mas porque em agosto . . . ?

Ahi é que não ha maneira possivel de explicar cousa alguma:

— Em agosto, porquê?

— Ora, porquê . . . ?! Porque, naturalmente, acaba o tempo do seu contrato como ministro.

A não ser isto mal encontro a razão de monta maxima pois que agosto é para o pão politico acabar o mesmo que junho ou julho. Ainda não se liquidou tal infamia porque ha muitos interesses creados e a moagem tem no parlamento os seus delegados e tambem, no ministerio os seus agentes.

Ainda ha dias o senhor Lopes de Oliveira o disse n'um comicio e as soluções politicas do ultimo tempo o tem demonstrado.

Por isto ser assim, porque o negocio flutua como a bandeira corsaria dos nossos tempos, é que o ministro da Agricultura ouviu as frazes agrestes do dr. Artur Leitão, balbuciando apenas:

— Mas, senhor doutor, — que é como quem diz: mais então, que quer? a vida é a vida . . .

As bombas de Manuel Ramos e os tiros de 19 d'Outubro

Uma voz no parlamento — O anarquista e os oficiais da guarda — Duas culpas frente a frente — As opiniões de dois juizes — Onde está a ordem ?

Um deputado, ao que consta, impressionou a sua Camara porque, em tom solene, verberou a acção do juri absolvidor de Manuel Ramos, um bombista celebrado. O orador filiou no terror, no pávido receio, na cobardia a deliberação dos cidadãos jurados. Acumulou os tropos relativos á sociedade portuguesa em dissolução, aos elementos desorganizadores, a toda esta malsã fraquesa moral que faz proceder como aqueles homens ante os maiores crimes e estarreceu a assembleia.

Muito bem! bradaram os colegas do illustre deputado — que assim se tratam uns aos outros em suas relações — muito bem, digo-lhe eu sem querer saber o que esse Manuel Ramos fez, qual a situação em que se colocou para cometer um delicto mas baseando-me numa razão de defesa social que parece não estar no espirito dos que julgam. O demonio, porém, é se eu profundo, se procuro razões e faço analyses. Não sei quais os argumentos que o parlamentar aduziu para verberar aquella dôce sentença, sei, apenas, pois os jornais não falaram disso, que não levantou a sua voz ante a absolvição dos officiais do 19 d'Outubro.

Esses militares, lançando para a rua os seus soldados e não sabendo antever os odios, geradores da carnificina, não conseguindo nem detendo a sua alucinante sêde de sangue são bem mais culpados que todos os Ramos desta arvore de maleficios portugueses. E' que um, anarquista de suas ideias, de seus processos, de seus meios representa a face revoltada da sociedade e os outros, espartilhados dentro da farda e do convencionalismo, devem ser os elementos de ordem, as garantias da nossa tranquillidade.

Senão, vejamos. O burguês pachorrento, ao vêr na rua o Manuel Ramos, ao apontarem-lh'o na sua fama de bombista, desviará o petisete que levar pela mão e dirá:

— Meu filho, olha um mau homem... Aquele é o que deita bombas e mata as pessoas.

Jámais se apagará da mente do garoto a visão do homem terrível que maneja explosivos.

Ao mesmo tempo, o papá, indicando-lhe um oficial da Guarda Republicana ou da Marinha, terá sorrisos calmos e dirá ao pequenito:

— Gostavas de ser assim?

Ele, fascinado pelo oiro dos galões, do kepi, das dragonas, por toda a ideia de mando, ligada a tão brilhantes atributos, baterá as palmas e deslumbrar-se-ha com a ideia de envergar tudo aquilo.

O que passa, de cabelos crescidos, de fato rôto, resmungando as suas teorias e remexendo os seus projecteis é a desordem; aquele tão scintilante, esplendoroso, cheio de garbo, e de atitude digna é a ordem.

De um já se sabe que odeia o que chama «a injustiça social»; do outro já se convenciou que é intitulado «defensor da sociedade e da patria».

Isoladamente o anarquista arrémessa a sua bomba; colectivamente os oficiais arrastam os seus soldados para a rua, revolucionam os seus marujos no mar; aquele visa o patronato que não correspondeu aos seus dictames; estes atacam os governantes que desejam escorraçar do poder.

Quem é mais culpado? O homem actuando por sua conta ou os militares arrancando os subordinados para a revolução? Quem exorbitou de suas funções? O anarquista, que no seu livre arbitrio, se lançou na rebeldia ou os superiores que induziram os soldados, confiados ao seu comando, para a defeza da instituição social, a rebelar-se contra quem, legitimamente, a dirigia? Sem duvida os segundos, não por seu acto revolucionario, mas por seu processo num simbolo extranho: As espadas da ordem, a ordem retalhando. E' assim ou não? Continuemos, porém, a comparar os delictos de ambos.

Perseguido pela policia, Manuel Ramos, rebelde e libertario, ouvindo zunir as balas, agarra na arma que possui — ainda que fosse a bomba posta ao serviço das revoltas republicanas sob o nome consagrado de «artilharia civil» — e atira-a contra a autoridade, foge, defende-se, arranca doutra arma de arremço e assim, em plena rua, só contra dois que sobre ele disparam, bate em retirada.

E' o anarquista, é o rebelde, é o homem posto à margem dos codigos e escarnecedor das leis. E' um ser aparte, segundo o criterio das pessoas respeitadoras dos officiais da guarda republicana.

Senhores de Lisboa, sabendo o govêrno, que tentavam deitar abaixo, posto em fuga, os chefes rebeldes tornaram-se, de seguida, os verdadeiros dirigentes. E, então pela noite, na hora, da calada sinistra, os seus subordinados vão prepetar crimes, buscar aos seus lares homens de bem, alguns mesmo junto de quartéis, e começam uma desordenada chacina. Fuzilam o presidente do conselho, o fundador da república, dois capitães tenentes, um coronel e de todos esses officiais — de todos esses mantenedores da ordem — não ha um só que detenha valentemente os assassinos, que se coloque na frente do bando indisciplinado e — arriscando a vida — como o bombista, diante da policia — os tente meter na ordem!

Quem são os anarquistas, os rebeldes, os homens de sedição neste caso? Aqueles que deviam exigir o respeito e se lançaram numa aventura da qual saíram dominados pelos que lhes cumpria comandar.

Qual a diferença existente entre um revoltado que procede como

Manuel Ramos e uma unidade militar que segue o procedimento de 19 de outubro? Imensa. E' que um, já se sabe como pensa, dos outros ignora-se até que pensem nalguma cousa além dos seus deveres de quartel; dum já se conhece a atitude aggressiva, dos outros tem-se a certeza da sua ação defensiva, e enquanto se vê aquele fazendo frente a quem o quer prender, os outros só os topamos medrosos diante dos sicarios armados em que se transformaram—por sua fraqueza—os seus soldados. Ha uma diferença de abismo entre os dois actos, não é assim? E toda a furia do homem só que se lança contra as balas e não dos officiaes que não defendem nem mesmo o seu prestigio.

Por consequencia, a voz do deputado erguendo-se contra o juri que absolveu aquele elemento anarquizador—no que eu o acompanharia se não houvesse o precedente de glorificação de Buiça e Costa, José Julio tambem da Costa, como o supremo senhor destes dominios soa a falso desde que olvida os grandes culpados da ultima tentativa de anarquisação em Portugal.

E sei muito bem porque se fala assim, increpando apenas a justiça que manda em paz Manuel Ramos e se olvida a que absolve Procopio e seus sequazes. E' que uma, tremendo diante de revolucionarios de alto coturno está no animo do deputado republicano, a outra alucinando-se, diante dum vulgar bombista, repugna-lhe. Porque? Porque, naturalmente, se sente um elemento de ordem, e em seu entender, a ordem é a guarda republicana.

Outra proeza de Rocambole da Silva

Appendice a uma psychologia — Traidores hou-
ve algumas vezes — Os raciocinios d'um poll-
tico — Uma salda para evitar uma queda —
Pano a baixo

Ha dias, no parlamento, perante o senhor Procopio da Freitas, mastro alto do 19 de outubro que acusava os monarchicos de *traidores* á Republica o sr. D. Tomaz de Vilhena recordou o recente congresso radical, onde se chamou ao senhor Antonio Maria da Silva—esse trai-
dor. Eu não sei o que chefe da Carbonaria traiu porque não faço par-
te das pessoas empregadas em estudar a acção do ex-administrador de Redondo na politica portuguesa, porem, sei apenas que os monarchicos verberaram a attitude do senador radical e correram como, se fossem democraticos, em defeza do chefe do governo.

Este senhor Procopio, radical, é tambem uma das curiosidades nacio-
nais. Das suas ideias politicas podemos avaliar pelas suas preferencias nas revoluções e pelas suas poses nos retratos onde figura ao lado de el-rei D. Carlos. Ha um abismo entre estas poses e aquelas preferencias, mas como o senhor Freitas é esticado como uma prancha natural-
mente fez láboa çaza, ponte, das suas velhas attitudes e passou para o radicalismo vermelho pelo sangue dos seus camaradas aos quais mandou buscar à casa para o logar que já se chama o Matadouro Nacional.

Deixaremos, porem, em paz esse personagem—e como se diz no *Recambole* vamos ao encontro do nosso heroi. Sabem quem ele é o senhor Antonio Maria Rocambole da Silva, cuja politica se rege pelas paginas Ponson du Terrail de quem é dos assiduos, dos mais tresloucados, dos mais apaixonados leitores. Já expliquei como atravez da sua existencia, ele lhe tem servido de base de educação e ao revelar o presidente do governo, em alguns capitulos, julgo ter prestado um bom serviço á histo-
ria. Quando um dia o acharem incompreensivel leiam o capitulo IV do *Club dos Valetes de Copas*, ou o VI das *Ultimas Proezas*. Eu atravez do livro, que manuseei enquanto este rocambolesco sujeito governar, explico tudo quanto ele faz. Senão vejamos se não acerto diante dos ul-
timos acontecimentos. Sigamos o raciocino natural do chefe do gabinete da Carbonaria e em espirito, dos *MantasS angrentas*, associação ideal co-
nhecida pela cõr das gravatas.

Soando a acusação de traidor na crypta do Senado eu careço de provar que em meu animo vibra sempre a mesma lé e que não é qualquer Procopio que me preocupa. Os actos dos homens são tudo... Tudo ou nada... e batendo na testa concluiu: Tudo!

Depois, na mesma andada, puxando a pericha como um mosqueteiro de scena baixa, continuou:

— Sim, são tudo!... Atirado esse labeu traidor á minha face vermelha de vergonha, resoando aos ouvidos do povo essa fraze que me alucina eu careço, provar—pelos *Mantas Sangrentas*, juro—não ter nada de parecido com esses refeces, tredos e prejuros. Sou sempre o mesmo.

Estou hoje tanto com o governo como no tempo de Hintze... O que succedeu foi ficar no lugar dele... Sou sempre o mesmo e a ninguém admito que de traidor me julgue... Em todo o caso, a voz soou...

Deu ao rosto a expressão que quiz marcar mefistofelica e foi apenas a de um homem a quem atacam os primeiros sintomas duma indigestão o que lhe veiu e batendo na testa, gesto muito seu, bradou:

— Ah! agora! agora! Foi a cilada... O radical chamou-me traidor, os monarchicos defenderam-me, o povo acreditou aquele de que um realista, e para demais catolico e com Dom, tomou por mim o partido... Cilada! Cilada...! O que não dirão os meus partidarios!

Ora quando se viu um homem dos *Mantas Sangrentas* ter como seu defensor um adversario sem passar por vendido; Oh! ceus!—S. Ex.^a increpa sempre nesta toada, embora linja não acreditar no que evoca—eu estou em terra senão repilo a afronta!

Não é o traidor que me lançaram na reputação que me afflige é a defeza do monarchico. Que fazer, Oh! numes de Rocambole! que realizar?! Que passo hei-de dar?

Deitou-se meditativo, em ante-vespera de S. João, mas acordou num sobresalto, soltou berro e, de chinélas e em camisa de dormir, ouvindo as detonações das bombas em honra do Santo, dirigiu-se para o telefone e gritou ao primeiro policia que respondeu ensonado:

— Vai prender o chefe da revolução...

— Mas qual revolução, senhor presidente... Qual...?

— Um monarchico... um monarchico...

Agitava a fralda radiante, feliz dizendo consigo: desde que os prenda ninguém pode duvidar que ás suas defezas respondo como um bom jacobino... Salvo! Salvo! e logo, numa maior decisão:—

Prenda... Você não ouve os tiros...?

— São bombas de S. João...

— Pois é esse mesmo... Prenda o S. João... depressa...

Foi assim, por um lamentavel engano de santidade e por não haver mais nenhum João disponivel que se prendeu o senhor coronel João de Almeida para salvar a reputação de Antonio Maria Rocambole da Silva defendido por monarchicos quando lhe chamavam traidor.

